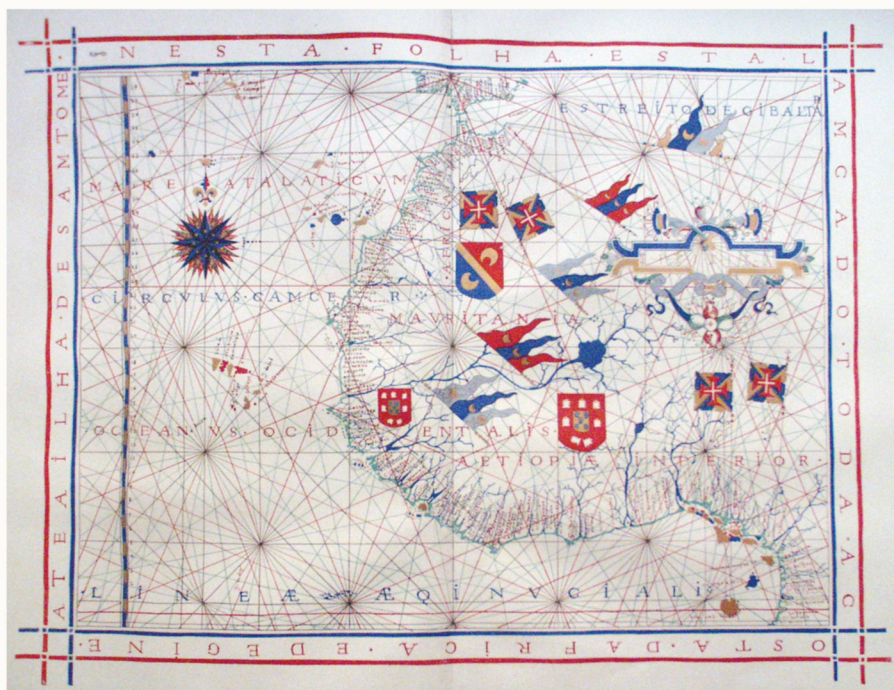


R

evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

EDITORIAL

Com a Expansão Ultramarina Portuguesa, sob a forma de conquista, ou seja, do recurso à guerra santa (que gera honra, pode suscitar proveito e garante, com certeza, a glória celeste aos que nela morrem), começou-se por tentar construir um «senhorio real», ou seja, um pequeno mundo mediterrâneo complementar do Reino, no Norte de África. Este projecto, concretizado durante vários anos apenas com a posse de Ceuta, cedo se mostrou, como dirá o Infante D. Pedro na sua famosa carta de Bruges (redigida entre 1425-1428 e dirigida ao irmão D. Duarte) : «muy bom sumydouro de gente da vossa terra e de armas e de dinheiro». Mas, nem por isso os portugueses o abandonaram, procurando contudo novos rumos, que serão, como se sabe, os espaços insulares desabitados, os cafrealizados reinos da África Negra e, sobretudo, as mercantilizadas economias do Índico-Pacífico, sem esquecer as novas culturas do Brasil.

Porém, não ficaremos civilizacionalmente sós, o que significa que não voltámos as costas ao antigo Mediterrâneo, construído desde o utópico sonho de Ulisses até à intensa actividade marítima dos séculos XV e XVI, como berço de culturas e civilizações superiores, a que as grandes religiões haviam conferido marcas especiais. Quer viajando a partir do Reino, quer do Estado da Índia, o que os portugueses da Idade Moderna procurarão, sobremaneira, no Mediterrâneo será a curiosidade (a necessidade) da religião e da cultura. Já, oficialmente, as vias marítimas e terrestres do referido espaço, ao articularem-se com outras no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, facilitarão a circulação das notícias ou das “novas”, tão vitais para a manutenção e o funcionamento do nosso Estado da Índia.

No que concerne à presença portuguesa no actual Marrocos, o autor (anónimo) da memória escrita no século XVI e intitulada “Este he a origem e começo e cabo da Villa de Santa Cruz do Cabo de Gue d’Agoa de Narba” (de que se dará notícia neste número da Revista) considerará esta praça, para nós, «como chave d’Africa que ella era e como acabou, acabou-se a Africa» (entenda-se a África Mediterrânica). É preciso voltar a Marrocos e ao resto do Mediterrâneo da nossa tradicional convivência, não em atitude de saudosismo e muito menos de confrontação. A atitude política e cívica deverá ser, sim, a da cooperação concreta e activa na (re)construção dum espaço geo-cultural que foi e continua a ser central para a Europa em que Portugal se integra. O Centro de História da Sociedade e da Cultura já iniciou esta tarefa, como se verá.

João Marinho dos Santos

Coordenador Científico do C. H. S. C.